

# COMENTÁRIOS AOS PROGRAMAS ELEITORAIS PARA AS LEGISLATIVAS DE OUTUBRO DE 2019

## I. ECONOMIA E CRESCIMENTO

**Diagnóstico:** As considerações para o crescimento devem combinar a tendência (evolução do PIB potencial) e as flutuações conjunturais. A maioria das instituições internacionais considera que o PIB potencial em Portugal continuará a crescer a 1,5% ao ano, resultado de um fraco crescimento da produtividade e de uma evolução demográfica negativa, a que se junta um baixo nível de poupança nacional. Com uma evolução negativa desde 2001, Portugal está a afastar-se da média do rendimento per capita da União Europeia, com apenas 77,6% em 2018 contra 83,5% em 1999. Durante este período Portugal foi ultrapassado em 2007 pela República Checa, em 2017 pela Estónia e Lituânia, em 2018 pela Eslováquia, e projeta-se que será ultrapassado em 2024 pela Polónia e Hungria. Em 2025 teremos apenas a Bulgária atrás, com a Roménia já muito próxima. A mesma conclusão de performance negativa se retira da comparação das taxas de crescimento do PIB na década a terminar em 2018, em que Portugal registou a taxa anual média de 0,16%, enquanto que a Polónia cresceu 3,5 ou a Estónia 4,6%.

Para acelerar significativamente o crescimento é necessário um vasto conjunto de políticas que acelerem (i) a produtividade total dos fatores através do desenvolvimento tecnológico e inovação, (ii) o investimento físico produtivo, (iii) o investimento em capital humano, e (iii) o número de horas trabalhadas. Comparemos o último quinquénio (2015-2019) com o que ocorreu na década de 1990, a última em que Portugal registou um crescimento médio do PIB de 2,5% e convergiu para a média da EU. A taxa anual de crescimento da produtividade caiu de 0,8 para menos de 0,3% (note-se que crescia a cerca de 3% nos anos 1980).<sup>1</sup> O investimento em capital físico, depois de retirar a depreciação, foi negativo (-0,8% do PIB) no último quinquénio, quando comparado com cerca de 12% do PIB, em média anual, na década de 1990. O número de anos de escolarização da população entre os 24 e 65 anos, cresceu de 34% no total da década de 1990<sup>2</sup>, enquanto que entre 2010 e 2018 apenas cresceu de 14,7%. E, o número de horas trabalhadas que tinha crescido 10,5% ao longo da década de 1990, apenas cresceu 1,8% entre 2000 e 2018.

Por outro lado, as flutuações conjunturais apontam atualmente para a fase descendente do ciclo. As projeções de crescimento do PIB da Comissão Europeia do verão de 2019, para Portugal, apontam para um crescimento de 1,7% em 2019 e 1,7% em 2020. **O contexto internacional está a deteriorar-se significativamente**, mas o Programa de Estabilidade de 2019-2023 do Governo socialista projeta um crescimento de 1,9% em 2019 e que acelera ligeiramente até cerca de 2,1% em 2023. **O Conselho das Finanças Públicas(CfP) discorda das projeções do Governo**,<sup>3</sup> e projeta crescimentos de cerca de 1,7%

---

<sup>1</sup> Dados da OCDE.

<sup>2</sup> O número de anos de escolarização atingiu 7,8 anos.

<sup>3</sup> Conselho de Finanças Públicas, Análise do Programa de Estabilidade 2019-2023, maio 2019.

em 2019 e 2020, e depois uma desaceleração para 1,5%, terminando em 2023 com 1,4%, se não houver uma alteração significativa das políticas económicas.

Quesitos:

1. O PROGRAMA PROPÕE, DE FORMA RIGOROSA, UM CENÁRIO COERENTE PARA A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NOS PRÓXIMOS 4 ANOS? EXISTE UM CENÁRIO DE BASE (CONTINUAÇÃO POLÍTICAS EXISTENTES) E CENÁRIO COM POLÍTICAS PROPOSTAS?
2. QUAL O GRAU DE AMBIÇÃO SUBJACENTE A ESTE CENÁRIO, EM TERMOS DE CRESCIMENTO DO PIB POTENCIAL E CONVERGÊNCIA?
3. SÃO AS POLÍTICAS PROPOSTAS SUFICIENTES PARA OS OBJETIVOS FORMULADOS, EM TERMOS DO CICLO E DA TENDÊNCIA?
4. O PROGRAMA ELEITORAL (PE) TRAÇA UM DIAGNOSTICO CORRETO E HONESTO DA SITUAÇÃO DO PAÍS?
5. O SETOR PRIVADO É O MOTOR DO CRESCIMENTO, E A PRODUTIVIDADE-COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO O PRINCIPAL FATOR DO CRESCIMENTO. QUAL É O RECONHECIMENTO QUE O PROGRAMA FAZ DESTES FATORES?
6. QUAIS AS POLÍTICAS CONCRETAS E ESPECÍFICAS PARA ESTIMULAR A POUPANÇA, INVESTIMENTO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL QUE PROMOVAM E ENQUADREM O CRESCIMENTO ECONÓMICO?

**Conclusão:** Nenhum programa eleitoral (PE) apresenta o objetivo de fazer subir a taxa de crescimento, no longo prazo, de forma significativa (pelo menos acima dos 3% ao ano), nem nenhum apresenta uma estratégia de crescimento assente num vasto leque de políticas de aceleração do progresso técnico e inovação, de desenvolvimento significativo nos níveis de capital humano, aceleração da poupança e investimento, associados a amplas reformas estruturais.

Os mais ambiciosos são o CDS, Aliança e IL, mas carecem de um conjunto de medidas consistente com essa ambição. O PSD e PS apresentam um programa de continuação dos níveis modestos de crescimento, mas o PSD com mais ambição e mais reformas. O BE e PCP apresentam programas que conduziram a uma crise económica e empobrecimento gradual.

Na legislatura que está a terminar o PIB cresceu, em média, 2,4% ao ano.<sup>4</sup> Contudo, este período corresponde à fase de recuperação do ciclo, iniciada em 2014, e depois da grande recessão global e da maior crise económica da economia portuguesa dos últimos 40 anos. Se considerarmos a totalidade do ciclo de 2008 a 2018,<sup>5</sup> o país apenas cresceu 0,25% ao ano, o quarto pior da EU. A Eslováquia, Roménia, Polónia, Irlanda e Malta cresceram entre 2,6 e 4% ao ano.

Para o período de 2019 a 2023, o Conselho das Finanças Públicas espera um crescimento, com as mesmas políticas atuais, de 1,5% ao ano. Para a próxima legislatura, o PS propõe um crescimento médio de 2%, e o PSD de 2,4%.

Nenhum dos programas apresenta um quadro macroeconómico coerente e em que se quantificam os impactos no PIB das medidas propostas.

---

<sup>4</sup> Já incorporando a revisão do INE de setembro de 2019.

<sup>5</sup> Pico a pico do ciclo.

Por outro lado, perante a contingência de uma evolução cíclica negativa e mesmo recessão, nenhum dos programas apresenta medidas de política anti-cíclica.

## **PARTIDO SOCIALISTA**

Resumo: Continuação da trajetória e políticas da última legislatura. O cenário central propõe o crescimento do PIB em Portugal de 1,9% em 2019 a aumentar para 2,2% em 2023. Para o período 2020-2023 a média de crescimento é de 2%.<sup>6</sup>

### **Comentários:**

1- Sem o citar, o Programa Eleitoral (PE) baseia-se no Programa de Estabilidade para 2019-2013 apresentado pelo Governo em abril de 2019. **O Programa de Estabilidade não tem uma avaliação rigorosa das políticas económicas e do impacto no crescimento destas políticas.** O exercício é essencialmente de projeção macroeconómica, e por isso insuficiente para uma análise dos impactos das políticas. **O PE não assume claramente a inversão do ciclo e a necessidade de ter políticas contra-cíclicas.**

2- **Não existe qualquer ambição para a convergência,<sup>7</sup> e Portugal passará a fazer parte do grupo de países mais pobres da União em 2023.** Com estas taxas o país apenas poderá convergir cerca de 1 p.p. na totalidade dos próximos 4 anos, que é o prolongamento da atual tendência, e, portanto, uma quase estagnação neste processo. Entre os mais pobres, a Polónia ultrapassa-nos, **só a Bulgária terá um rendimento per capita claramente inferior ao nosso**, e a Roménia aproximar-se-á do nosso nível.

3-Ver comentário 1. As **principais políticas propostas são a expansão da despesa pública corrente e do investimento público**, com uma pequena redução de impostos sobre o rendimento. O impacto orçamental, que pressupõe um excedente primário de 3% (sem alusão ao ciclo), não nos parece suficiente para a política anti-cíclica.<sup>8</sup> E medidas propostas, como subida de salários reais acima da produtividade,<sup>9</sup> não são suficientes para dinamizar a competitividade e inovação para acelerar o crescimento potencial.

4-O **diagnóstico do país enferma de um erro de análise económica ao atribuir os problemas do país ao Programa de Ajustamento. Os principais problemas do país são estruturais que causaram a estagnação da produtividade nas duas últimas décadas e os desequilíbrios macro e sobre-endividamento que originaram a grave crise económica e financeira.** Mesmo assim, é de louvar a preocupação com a preservação dos equilíbrios macroeconómicos restabelecidos pelo Programa de Ajustamento.

---

<sup>6</sup> Para o ano de 2019, que leva já 8 meses de realização, o Programa de Estabilidade prevê o crescimento de 1,9%, o CFP de 1,6% e a última estimativa da Comissão Europeia é de 1,7%.

<sup>7</sup> A referência no PE à convergência para a EU é apenas uma comparação com a média da EU, referindo que se propõe conseguir na totalidade do período, apenas uma redução de 1 pp no PIB per capita! Não são convergências em termos de simples décimas que nos permitirão acompanhar os ritmos dos países da Europa de Leste, que têm conseguido taxas de convergência anual entre 1 e 2 pp.

<sup>8</sup> O CFP considera a política orçamental proposta como “neutral” em relação ao ciclo. Ver CFP, Análise do Programa de Estabilidade.

<sup>9</sup> Rigorosamente não se pode considerar uma medida, pois esta evolução resulta das múltiplas negociações coletivas entre sindicatos e associações patronais.

**5-A maioria do PE concentra-se no setor público.** Uma das quatro principais componentes do PE refere-se ao setor privado: Economia 4, que pretende promover a economia digital, a I&D e o empreendedorismo. Tem um elenco de mais de uma centena de medidas de diversos níveis hierárquicos, mas sem definir uma estratégia e identificar impactos.

**6-Não tem medidas concretas para estimular a poupança.** Quanto ao investimento empresarial apenas enuncia algumas medidas de apoio ao investimento em I&D e ao empreendedorismo. Finalmente, **as medidas são apenas uma enumeração de aspirações e ideias gerais, sem concretizar, hierarquizar ou identificar impactos.**

## PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA

Resumo: O cenário macroeconómico propõe o crescimento do PIB a subir de 1,6% em 2019 para 2,7% em 2023. Para o período de 2020-2023 a média é de 2,3%.

Comentários:

1- O PE baseia-se no cenário do Conselho de Finanças Públicas que analisa o Programa de Estabilidade para 2019-2023, e incorpora o impacto das medidas propostas no seu PE. Porém, **no PE não se apresentam os impactos que as políticas propostas terão sobre as variáveis macroeconómicas.**

2-**Com uma diferença de apenas 0,3 pontos percentuais, na média para 2020-2023, em relação ao PE do PS, não se pode considerar este programa ambicioso, em termos de convergência,** pelo que se aplicam os mesmos comentários. Contudo, nota-se que o último ano, apresenta uma taxa 0,5 pontos percentuais acima do PS.

3-**A estratégia proposta é de redução dos impostos sobre as PME e sobre lucros das sociedades, duplicação do investimento público, redução do imposto sobre os rendimentos pessoais e apoio à poupança.** Esta estratégia leva a um aumento da procura interna (consumo e investimento), e a redução da fiscalidade sobre as empresas poderá implicar um aumento das exportações. Contudo, sem um modelo macroeconómico não é possível validar se estas políticas são suficientes para acelerar o crescimento do PIB para os níveis do PE (1,3 pp em 2023 relativamente ao cenário de base do CFP), sobretudo dada a hipótese de recessão. A passagem de um défice estrutural orçamental de 0,7% do PIB em 2019 para excedentes de 0,2% também dificilmente será compatível com um programa anti-cíclico.

4-**Não está publicado nenhum diagnóstico.**

5- Para acelerar o investimento (público e privado) e as exportações são importantes as políticas orçamental, fiscal e estruturais. Contudo, **não existe um quadro de medidas para apoio à inovação e ao desenvolvimento da economia digital (revolução industrial 4),** e só existe algum desenvolvimento para a agricultura e floresta.

6-Enuncia algumas medidas para estimular a poupança das famílias e das empresas, e do investimento público e privado. Contudo, faltam as medidas para a inovação e maior desenvolvimento de medidas de apoio à produtividade das empresas.

## CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL

Resumo: “O nosso primeiro objetivo é trabalhar para que nos próximos 4 anos Portugal cresça na casa dos 3% ao ano”. O PE não contém um cenário macroeconómico.

Comentários:

1-O PE coloca como principal objetivo atingir o crescimento do PIB potencial de 3% ao ano. Realisticamente propõe que nos primeiros anos haverá uma trajetória de aproximação àquele valor, pretendendo que no último ano a taxa já esteja próxima dos 3%. Este objetivo é próximo do PE do PSD. Na medida em que propõe a trajetória dos 3% ao ano pós-2023, este objetivo é equivalente a estabelecer um caminho para o PIB potencial. O problema é que não especifica um conjunto coerente de políticas, nem quantifica o seu impacto no PIB, que permitam atingir aquele objetivo.

2-O objetivo proposto para o PIB potencial já tem um certo grau de ambição, permitindo um ritmo de convergência de cerca de 1,2 a 1,5 pontos percentuais para a média da EU, o que nos permitiria alcançar esta média em cerca de 14 a 18 anos.

3-Não existe evidência de que as políticas sejam suficientes para o objetivo proposto.

4-O PE não faz um diagnóstico da situação económica e social, mas este está implícito nos programas propostos que são cinco: (i) libertar as famílias e empresas da maior carga fiscal de sempre, (ii) prioridade à família e à melhoria das suas condições de vida, (iii) preparar as empresas e os trabalhadores para a concorrência a nível global, (iv) promover a eficiência do Estado e melhorar a justiça, e (v) uma melhor política ambiental e do território.

5-O PE reconhece a necessidade de exportar e investir e qualificar os trabalhadores para o desafio da competitividade, mas não existe um quadro específico de medidas para além das fiscais. Também se reconhece a necessidade de intensificar a I&D (pag 92), sobretudo a investigação nas empresas, no contexto da revolução industrial em curso. Propõe-se que 20% dos doutoramentos financiados pela FCT sejam feitos no contexto da empresa.

6-São poucas as medidas específicas para estimular a poupança e investimento das famílias, para além de estimular a poupança para a reforma. Quanto ao investimento das empresas propõe-se a isenção do IRS, faltando a especificação do regime fiscal.

## BLOCO DE ESQUERDA

Resumo: **Não existe cenário macroeconómico, não se quantifica o custo financeiro das principais políticas**, como nacionalizações e programa de construção de casas pelo setor público. As políticas propostas, no seu conjunto, conduziriam a uma **grave crise e declínio económicos**.

Comentários:

1-Não existe cenário macroeconómico.

2-Não existe cenário nem formulação de modelos macroeconómicos.

3-Não existindo objetivos macroeconómicos sobre crescimento não é possível avaliar a consistência. A tónica geral do programa continua a ser redistribuir, sem se preocupar pela criação de riqueza, e que as condições sociais da população dependem sobretudo do nível de rendimento per capita do país.

4-O diagnóstico reflete que os problemas são originados pelo mau funcionamento dos mercados e pelas políticas do Programa de Ajustamento, sem alusão aos desequilíbrios macroeconómicos e às políticas de redistribuição versus criação de riqueza.

5-As **políticas gerais propostas são**: (a) **nacionalizar** os setores estratégicos, (b) aumentar a **despesa em salários e pensões**, bem como em **subsídios a rendas**, eliminação de **pagamentos pelos utentes** e aumento do **emprego público**, (c) aumentar o **investimento público** para o dobro, incluindo a construção de 150 mil casas para “rendas sociais”, (d) aumentar a **carga fiscal**, aumentando os escalões do IRS e os impostos sobre imóveis, (e) subir o **salário mínimo nacional** de pelo menos 5% ao ano, (e) renegociar a **dívida pública**, e (f) repelir as **regras orçamentais** europeias. A nacionalização da energia, comunicações e banca custaria cerca de 15 a 25% do PIB. Como se poderia financiar? As restantes medidas orçamentais levariam a um défice (sem contabilizar impacto no PIB) de pelo menos 5 a 7% do PIB. Só a construção de casas pelo Estado custaria entre 6 e 7,5 mmE.<sup>10</sup> Os desequilíbrios que estas políticas provocariam, aliados à renegociação da dívida provocariam uma nova crise económica e financeira que levariam o país a questionar a sua participação na zona do Euro, e a queda do PIB potencial.

6-O PE **capta uma grande parte dos problemas sociais e as aspirações da população**, mas ignora as **experiências históricas e teoria económicas mainstream** para os resolver.

## PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Resumo: **Não existe cenário macroeconómico, mas as políticas propostas conduziriam a uma grave crise e declínio económicos**.

Comentários:

1-Não existe cenário macroeconómico.

2-Não existe cenário nem formulação de modelos macroeconómicos.

---

<sup>10</sup> Resultante de multiplicar 150 000 pelo custo de 40 a 50 mil Euros por casa.

3-Não existindo objetivos macroeconómicos sobre crescimento não é possível avaliar a consistência. Os “**objectivo(s) central(is) (do PE são) a valorização do trabalho e dos trabalhadores, a concretização das funções sociais do Estado e uma mais justa distribuição do rendimento e o controlo público dos sectores básicos e estratégicos da economia**” (pg 7).

4-O diagnóstico reconhece que o problema principal da economia é o baixo crescimento, e os problemas estruturais, identificados na pg 14. Atribui as **causas do problema** ao capital monopolista, imposição de políticas (orçamentais) da União Europeia e ao reduzido peso do Estado e falta de controle estatal da economia, que configura a **análise marxista da economia**. Também **confunde os “remédios para reequilibrar a economia” com a doença**: os desequilíbrios e sobre-endividamento dos anos 2000-2011, ou seja, confunde o médico com a doença. Finalmente, atribui a recuperação da economia depois da recessão provocada pela crise às medidas de política apoiadas pelo PCP, quando estas resultaram fundamentalmente da inversão do ciclo.

5-As políticas gerais propostas são: (a) **reverter as privatizações**, nomeadamente dos setores estratégicos, (b) aumentar a **despesa e emprego públicos**, (c) aumentar o **investimento público**, (d) aumentar a **carga fiscal** em 7,3% ou seja em 5,6 mil milhões de Euros, (e) subida do **salário mínimo** nacional para 850 Euros e igualar o **salário médio** com a média da UE,<sup>11</sup> (f) reduzir o **horário de trabalho** para as 35 horas semanais, (g) renegociar a **dívida pública**, e (h) repelir as **regras orçamentais** europeias. O aumento da carga fiscal provocaria uma redução do rendimento disponível, mas a procura agregada seria fortemente impulsionada pelo aumento de salários e da despesa pública, que se refletiriam no **aumento do défice público e externo**. A renegociação da dívida e os desequilíbrios macro provocariam uma **nova crise económica e financeira** que levariam o país a questionar a sua participação na zona do Euro, e a queda do PIB potencial.

6-Enumeram-se diversos objetivos ou aspirações, sem detalhar medidas, para promover a poupança, requalificação dos trabalhadores e promover o investimento das PMEs, mas a política económica geral (ver ponto 5) sobrepõem-se a todas estas.

## PAN

**Resumo:** Não tem cenários macroeconómicos, nem pretende ser um programa abrangente da economia, concentrando-se em aspetos ambientais e de algumas políticas sociais.

## ALIANÇA

**Resumo:** Reconhecendo o atraso na convergência económica para a União Europeia propõe um Pacto para o Crescimento, com um elenco de políticas, entre as quais investimento público, redução da carga fiscal, e melhoria dos serviços públicos.

---

<sup>11</sup> Esta proposta não faz sentido. O salário médio em Portugal, de acordo com a OCDE é de 17 240 Euros anuais, enquanto que o salário médio da EU é de 31 380 Euros, o que representaria um aumento de 82% em 4 anos. Com uma produtividade média do trabalho que é de cerca de 71% da média europeia, é evidente que aquele nível salarial levaria à bancarrota generalizada das empresas como à queda a pique das exportações.

Não tem cenários macroeconómicos nem quantificação de medidas.

## INICIATIVA LIBERAL

**Resumo:** “Ao ritmo de crescimento atual, no final da próxima legislatura Portugal poderá ser o 5º país mais pobre da União Europeia, apenas ultrapassando Bulgária, Roménia, Croácia e Grécia. ... Com as políticas certas poderíamos voltar ao lugar que era de Portugal, voltar a crescer e dar oportunidades a todos.” As políticas propostas são a redução da carga fiscal, liberalização do mercado do trabalho, privatização de empresas públicas e descentralização.

Não tem cenários macroeconómicos nem quantificação de medidas.

## II. POLÍTICA ORÇAMENTAL E DÍVIDA PÚBLICA

**Diagnóstico:** Depois de cerca de 15 anos em que o País não respeitou as regras orçamentais da Zona Euro, Portugal passou em 2017 a respeitar essas regras, depois do Programa de Ajustamento de 2011-2014. Depois da ajuda financeira da EU e FMI, Portugal continua sob vigilância acrescida daquelas instituições. Como membro desta zona, **Portugal tem a responsabilidade de respeitar as regras de equilíbrio orçamental devido às externalidades criadas pela moeda única, para além de reduzir o risco de uma nova crise económica**, tendo em conta o elevado nível de endividamento. Nesse sentido, as políticas devem assegurar o equilíbrio externo e uma trajetória descendente tanto da dívida pública como externa.

Quesitos:

1-A POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA RESPEITA AS REGRAS DA ZONA DO EURO?

2-A POLÍTICA ORÇAMENTAL E MACRO REDUZIRÁ O RISCO DE UMA NOVA CRISE EM QUE PORTUGAL PERCA O ACESSO AOS MERCADOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS E SE SUJEITE A UMA NOVA INTERVENÇÃO EXTERNA?

3-A POLÍTICA ORÇAMENTAL É A APROPRIADA PARA ESTABILIZAR A ECONOMIA, EM TERMOS DE EQUILÍBRIO EXTERNO E DESEMPREGO?

**Conclusão:** Os programas do PS, PSD e CDS propõe-se claramente respeitar as regras do Pacto Orçamental europeu, enquanto que o BE e PCP as rejeitam. O PS e PSD propõem políticas de redução do peso da dívida pública em linha com as regras europeias, porventura mais acentuada, mas que contribuiria para redução do risco de voltar a perder o acesso ao mercado em caso de crise. O BE e PCP propõe a renegociação da dívida pública. Nenhum dos programas contém uma análise dos custos para as famílias e empresas das medidas propostas. Nenhum dos programas contém contas do Estado com a



quantificação dos impactos das principais medidas propostas sobre a receita, despesa e défice. Nenhum dos programas contempla medidas de contingência caso a economia entre em recessão.

## **PARTIDO SOCIALISTA**

Resumo: A base do PE é o Programa de Estabilidade para 2019-2023 e **respeita em grande parte as regras orçamentais da zona Euro**. Em caso de recessão, o PE ou não é cumprido ou conduziria ao aumento do desemprego. **O problema principal do PE é que não existe quantificação das despesas do Estado propostas, as quais ultrapassam o programado no Plano de Estabilidade.**<sup>12</sup>

1- Segundo a avaliação do Conselho das Finanças Públicas, o Programa de Estabilidade proposto, com uma média do défice estrutural de 0,3% do PIB entre 2020 e 2023, **respeita o objetivo de médio prazo**, embora o crescimento da despesa para 2019 corra o risco de ultrapassar a regra. Também há algumas dúvidas sobre o cumprimento da regra da despesa em todo o período, que em termos gerais, tem de permanecer abaixo do crescimento do PIB potencial. A despesa corrente primária passaria de 37,4 em 2019 para 36,6% em 2023, enquanto que as receitas totais passam de 43,3 para 43,1% do PIB. O saldo primário passa de 3,1 para 3,4%. **A redução da dívida proposta de 19 pontos percentuais do PIB é superior à das regras**, que é de 11 pontos percentuais.

2-Na medida em que respeita as regras da Zona Euro e prevê uma redução ainda mais acentuada do peso da dívida, que deve atingir 100% em 2023, o **programa reduz o risco de perda de acesso aos mercados**.

3-As principais medidas discricionárias propostas são o aumento da despesa com pessoal (3 mm Euros, dos quais 2,2 decorrem do descongelamento de carreiras),<sup>13</sup> FBCF (2,4 mmE) e consumos intermédios (1,9 mmE). Supõe-se que o emprego continuará a evoluir de forma positiva. Não há medidas previstas de contingência para uma desaceleração da economia e aumento do desemprego. Na medida em que o programa macro assenta num maior crescimento do consumo, que os do PSD e CDS, é provável que haja uma maior deterioração do saldo externo, que já é negativo em 2019.

## **PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA**

---

<sup>12</sup> Vejamos, por exemplo, as despesas com salários. Segundo as projeções do Programa de Estabilidade, as despesas com o descongelamento de carreiras já aceites pelo Governo e comunicadas ao Cfp atingem, entre 2019 e 2023 representam um acréscimo de 1 428 milhões de Euros. Mas o PE refere que haverá aumentos dos salários: se pelo menos se pretender acompanhar a taxa de inflação de 1,5%, a despesa com salários sobe 1 405 milhões de Euros, no mesmo período. Além disso, o PS propõe a introdução de mais incentivos à performance, subida mais acentuada dos salários dos trabalhadores qualificados, que não estão quantificados. Em termos de número de funcionários o PS abandona a regra de recrutamento que pretende estabilizar o emprego, e propõe-se aumentar o número de empregados em várias áreas como saúde, educação e programas de emprego social em zonas deprimidas. Mesmo que esta medida apenas se traduza num aumento de 1% ao ano, no final de 2023 haverá um acréscimo de 929 milhões de Euros. Somando os impactos, obtém-se o total de acréscimo da despesa com salários de cerca de 3,8 mil milhões de Euros, o que compara com 2,5 do Programa de Estabilidade.

<sup>13</sup> Ver nota 9.

**Resumo: Os objetivos globais sobre o défice e dívida são um pouco mais ambiciosos que os do Programa de Estabilidade.**

1-O excedente estrutural proposto para 2023 pelo PSD é de 0,3, enquanto que a do PS é de 0,2% do PIB. No que se refere às receitas totais o PSD propõe um corte de 1,5 pp, enquanto que o PS apenas corta 0,2 pp, e quanto à despesa corrente sem juros, o PSD propõe um corte de 3 pp, contra 0,8 pp do PS. No que respeita à FBCF o PSD propõe um aumento de 0,9 pp contra 0,5 do PS.

2-Na medida em que respeita as regras da Zona Euro e prevê uma forte redução do peso da dívida, que deve atingir 99% em 2023, o programa reduz o risco de perda de acesso aos mercados.

3-A estratégia macro assenta num **maior crescimento das exportações e do investimento, e menor crescimento do consumo privado**, que no caso do PS. As principais medidas discricionárias propostas para atingir este objetivo são a redução da carga fiscal das empresas, racionalização dos benefícios fiscais e redução dos custos burocráticos para as empresas, melhor formação profissional e promoção da poupança das empresas. No contexto de uma evolução negativa da economia global, com uma recessão no país, estas medidas teriam que ser significativamente alteradas.

## CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL

Resumo: “Não colocamos em causa o equilíbrio saudável das contas públicas – não acreditamos numa economia assente em défices sucessivos; queremos promover a eliminação do desequilíbrio das contas externas – não queremos um país incapaz de competir num Mundo global.” O PE não contém contas públicas nem impacto das medidas sobre o orçamento.

1-Para respeitar o equilíbrio orçamental, a proposta do CDS, que propõe um corte de 2,6 pp na carga fiscal,<sup>14</sup> teria de cortar a despesa em 3,2 pp do PIB, o que compara com um corte de 2,7 do PSD e 1,5 do PS.<sup>15</sup>No caso do CDS interpreta-se que o PE pretende o défice zero nominal.

2-Só com o corte de despesa mencionado é possível cumprir com as regras da Zona Euro e reduzir o risco de perda de acesso aos mercados.

3-Não existe proposta macroeconómica.

## BLOCO DE ESQUERDA

---

<sup>14</sup> Sem entrar com as contribuições para a Segurança Social.

<sup>15</sup> Não é válido o argumento de que a redução da carga fiscal seria “financiada” em 60% pela eliminação do excedente orçamental. O excedente orçamental existente é o primário, equivalente a 3,4% do PIB em 2023, segundo projeções do CFP, mas este tem que ser mantido, em torno dos 3%, para se poder reduzir a dívida pública, e para satisfazer as regras de médio prazo do Pacto Fiscal Europeu.

Resumo: O PE não tem um programa orçamental, mas as políticas propostas levariam a uma forte deterioração do défice orçamental, o que violaria as regras da Zona Euro, e a uma nova crise económica violenta.

1-Incorporando as medidas propostas no PE nas contas do Setor Público, e sem incorporar o impacto no PIB, nem as nacionalizações, o défice nominal cresceria de 3,3% em 2020 para 6 a 8% em 2023.

2- O forte desequilíbrio orçamental, e incumprimento das regras orçamentais da zona Euro, provocariam uma crise económica com acentuada quebra do PIB.

3- Não, o elevado desequilíbrio orçamental não permitiria estabilizar a economia.

### **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**

Resumo: O PE não tem um programa orçamental completo, mas as políticas propostas levariam a uma acentuada queda do PIB e à deterioração do défice orçamental, pondo em causa a nossa participação no Euro, o que levaria a uma crise económica sem precedentes.

1- As principais medidas sobre a despesa: (a) aumento do salário mínimo em 10% ao ano (para os 850 Euros em 2023), o que corresponderia um aumento entre 6 a 7% do salário médio no setor público, (b) aumento das pensões semelhante (embora não especificado no PE), e repor a reforma aos 65 anos, (c) aumento do emprego público de 4 a 6% ao ano, em parte para compensar a redução geral do horário de trabalho para 35 horas e limitações de turnos (embora não quantificado no PE). Supõe-se também uma duplicação do investimento público. Estes pressupostos conduzem a um défice nominal de 2,8% em 2020 e que sobe para cerca de 6% em 2023, sem entrar com o feedback que teria na redução do PIB a crise orçamental.

2- O forte desequilíbrio orçamental, e incumprimento das regras orçamentais da zona Euro, provocariam uma crise económica com acentuada quebra do PIB. O próprio PE afirma a saída da zona Euro: “libertar da submissão ao Euro”.

3- Não, o elevado desequilíbrio orçamental não permitiria estabilizar a economia.

### **PAN**

**Resumo:** Propõe a negociação com a EU do Objetivo de Médio Prazo do défice orçamental de 0 para -0,5%. Porém, o PE não tem nem projeções de contas do Estado nem quantificação das medidas.

1-3- Não tem informação suficiente para apreciação.

### **ALIANÇA**

**Resumo:** “Portugal tem, no quadro atual, um déficit orçamental real que ronda os 2,5%, não ocultando dívidas, abolindo as cativações penalizadoras do normal funcionamento dos serviços e repondo os investimentos essenciais. E, ainda assim, este deficit é conseguido com uma carga fiscal que atingiu o máximo da nossa história e compromete o nosso desenvolvimento estrutural, seja pela reduzida propensão para o investimento (IRC) seja pela fuga dos nossos talentos humanos que procuram melhores condições de trabalho (IRS) no exterior, pondo a perder o investimento formativo que fizemos no seu percurso académico.”

1-3-Não tem um quadro global da política orçamental.

#### INICIATIVA LIBERAL

Resumo: Propõe uma forte redução de impostos, com um corte do peso do Estado, mas não tem projeções das contas do Estado.

1-3-Não tem um quadro global da política orçamental.

### III. POLÍTICA FISCAL

**Diagnóstico:** A carga fiscal não cessa de aumentar, tendo atingido um valor record de 37,7% do PIB em 2018. Após o Programa de Ajustamento, em que aquela subiu acentuadamente, seria de esperar um alívio durante a legislatura a acabar, mas tal não aconteceu. Por outro lado, vários especialistas têm apontado que existem várias **taxas marginais de imposto elevadas que distorcem a economia, nomeadamente as decisões de trabalhar (emprego-desemprego, reforma), poupar e investir**. Como se referiu acima, a taxa de investimento líquida foi negativa no quinquénio de 2014 e a taxa de poupança das famílias é quase um terço da média da zona Euro (4,6 contra 12% do PIB em 2018).

O sistema fiscal atual não só é uma manta de retalhos como não revela um mínimo de estabilidade, além de ser bastante complexo. Em termos internacionais revela um **baixo nível de competitividade fiscal** (sobretudo em relação aos países com quem competimos) e não está em linha com as mais modernas teorias económicas.

O sistema fiscal português teve a maior reforma em 1988 e depois foi sujeito a uma miríade de modificações e alterações não só de taxas como de redefinições constantes da base fiscal. Vários especialistas têm apontado a necessidade de fazer uma **reforma de fundo para simplificar, modernizar e tornar o sistema mais fácil de utilizar**.

Quesitos:

1- A POLÍTICA FISCAL PROPOSTA PRETENDE TORNAR O SISTEMA FISCAL MAIS SIMPLES, MODERNO, ESTÁVEL E COM BAIXOS CUSTOS DE COMPLIANCE?

2-A POLÍTICA FISCAL INCENTIVA A POUPANÇA DAS FAMÍLIAS? COM ESPECIAL PREOCUPAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A REFORMA?

3-A POLÍTICA FISCAL CONTRIBUI PARA OS INCENTIVOS PARA TRABALHAR?

4-A POLÍTICA FISCAL ASSEGURA A COMPETITIVIDADE FISCAL DAS EMPRESAS? CONTRIBUI PARA A POUPANÇA DAS EMPRESAS? COM ESPECIAL PREOCUPAÇÃO PELA RECAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS?

5-A POLÍTICA FISCAL INCENTIVA O INVESTIMENTO DAS FAMÍLIAS, EM CAPITAL HUMANO E OUTROS ATIVOS LÍQUIDOS OU ILÍQUIDOS, QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO?

6-A POLÍTICA FISCAL INCENTIVA O INVESTIMENTO DAS EMPRESAS, SOBRETUDO EM INVESTIMENTO DIRETAMENTE REPRODUTIVO E QUE CONTRIBUAM PARA AS EXPORTAÇÕES?

**Conclusão:** Nenhum partido propõe uma reforma fiscal abrangente. O CDS propõe uma forte redução do IRC sobre as empresas, e o PSD uma redução não tão significativa. O PS não faz propostas nesta matéria. O BE e PCP propõem aumentos substanciais dos impostos sobre as empresas.

O CDS e PSD propõem reduções do IRS, o primeiro levando a um corte significativo das taxas marginais. O PS propõe o englobamento de todos os rendimentos (incluindo as rendas e de capitais) no IRS, o que iria fazer subir a carga fiscal e reduzir a poupança, a não ser que faça cortes das taxas médias. O BE e

PCP propõem também o englobamento, aumentos dos impostos sobre património, e subida das taxas de IRS para os escalões mais elevados de rendimento.

## **PARTIDO SOCIALISTA**

Resumo: A **carga fiscal não se reduz. Propõe-se o englobamento** e a política fiscal é inadequada para aumentar a poupança e investimento.

Respostas aos quesitos:

1- **Não há medidas de reforma fiscal nem de desagravamento fiscal** previstas no programa. A nível do IRS propõe-se um aumento da progressividade, acentuando as já elevadas taxas marginais de imposto. Propõe-se também o englobamento de todos os rendimentos no IRS, incluindo os impostos sobre juros e rendas.<sup>16</sup> Não se prevê qualquer redução do IRC, mas a eliminação de benefícios fiscais, dentro da revisão em curso.

2-O englobamento de todos os rendimentos em sede de IRS constituirá um grave ataque à poupança das famílias portuguesas, na medida a que podem taxar a 48% rendimentos de capital que até agora eram taxados a 28%. Esta circunstância irá diminuir ainda mais a poupança portuguesa, que é já uma das reduzidas da Europa, em prejuízo nomeadamente do investimento.

3- Na medida em que acentua as taxas marginais sobre os rendimentos do trabalho: não.

4-Não, e se houver redução dos benefícios fiscais, sem redução de taxas haverá aumento de impostos para as empresas.

5-Também não.

6-Também não.

## **PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA**

Resumo: **Redução da carga fiscal** em 1,6 pontos percentuais do PIB, que se divide em cerca de metade entre redução do IRS nos escalões inferiores e médios, e na redução do IRC sobre as empresas.

Respostas aos quesitos:

1- **Não há medidas de reforma fiscal propostas.**

2- Propõem-se incentivos à poupança, mas faltam detalhes. A redução do IVA pago pelas famílias de 23 para 6%, custando 500 milhões de Euros, não ataca o problema principal dos custos de energia que são os subsídios pagos pelos consumidores aos produtores.

---

<sup>16</sup> Posteriormente, o Partido indicou uma possível **ligeira redução da carga do IRS**, nos escalões mais baixos, que poderia levar a uma redução de 0,4 pontos percentuais do PIB da carga fiscal.

3- A redução das taxas de IRS, de cerca de 15% dos escalões intermédios, contribui para uma maior propensão para trabalhar, mas permanecem elevadas as taxas marginais.

4- A redução da taxa de IRC de 21 para 17%, acompanhada do alargamento da dedução dos lucros retidos e dos créditos para investimento produtivo, contribui para a poupança das empresas, embora o montante (300 milhões de Euros) seja reduzido.

5- O alargamento da dedução da educação. A redução do IMI no equivalente a 1 300 milhões de Euros, contribui para o investimento em casas de habitação.

6- O crédito fiscal ao investimento produtivo, mas faltam detalhes. Falta especificar as medidas fiscais propostas para incentivar as exportações.

## CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL

Resumo: “Baixamos em 15% a taxa efetiva média de IRS até 2023 e isentamos de IRS as quantias investidas, tributando só o rendimento gasto - não o rendimento investido ou poupado. ... Baixamos sucessivamente o IRC até o comparar com o irlandês, e revemos o tratamento das PME, para que não imponha requisitos onerosos ao crescimento das empresas. ... Se há um excedente orçamental, ele tem de servir para devolver aos portugueses os frutos do seu enorme esforço, não para engordar uma visão tentacular do Estado e projetos de poder político-partidários.”

Respostas aos quesitos:

**1-Não há medidas de reforma fiscal propostas.** A principal medida é re-equilibrar a relação entre a administração tributária e os contribuintes para evitar abusos.

2- O CDS propôs (a) redução de todos os escalões do IRS em 15%, de forma a reduzir a carga fiscal em 3,2 milhões de Euros, e (b) redução da taxa de IRC dos atuais 21% para 12,5% em seis anos. Para além da redução do IRS, o CDS propõe a criação de um sistema complementar de reforma, via o atual sistema de Segurança Social, por descontos adicionais do trabalhador ou contribuições das empresas, com benefícios fiscais. Criação de um sistema de informação pessoal baseado na Segurança Social sobre a capitalização dos descontos para a reforma.

3- A redução das taxas de IRS, de cerca de 15% em todos os escalões, contribui para uma maior propensão para trabalhar e reduz as taxas marginais.

4- A redução da taxa de IRC contribui para a competitividade fiscal das empresas, para a poupança e recapitalização das empresas. Coloca Portugal em pé de igualdade com a Irlanda e com taxas mais baixas que a Europa de Leste. Além disso o PE propõe a isenção fiscal do investimento, aproximando o regime fiscal do tipo cash-flow.

5- Não há medidas adicionais para incentivar investimento das famílias.

6- Ver 4.

## BLOCO DE ESQUERDA

Resumo: O PE abrange um conjunto alargado de medidas de agravamento fiscal, com incidência sobretudo na classe média e alta de rendimentos, aumentando a sua progressividade. Além dos impostos sobre o rendimento também se agravam os impostos sobre o património.

Respostas aos quesitos:

1- Não há medidas de reforma fiscal. As medidas de alteração fiscal são: (i) agravamento da progressividade fiscal através do englobamento obrigatório dos rendimentos do trabalho e de capital em sede de IRS, a introdução de oito escalões de IRS, (ii) criação de um imposto sobre doações e heranças, com uma taxa de 25% para um património superior a 2 milhões de euros e 16% para patrimónios entre 1 e 2 milhões de euros, (iii) agravamento do IRC: um novo escalão de derrama estadual de 7% para empresas com lucros superiores a 20 milhões de euros; (iv) novo imposto sobre o património de 0,6% a 1,2%, consoante o valor seja de 2.000 ou 8.000 salários mínimos. (v) aumento até 50% do imposto sobre as mais-valias imobiliárias, (vi) novo imposto de 0,75% sobre o valor acrescentado das grandes empresas, e (viii) eliminação, sempre que possível, dos benefícios fiscais a pessoas, empresas e instituições.

2-Não, as medidas propostas reduziram a poupança, pois a maior parte desta é feita pelas classes média e de rendimentos mais altos.

3-Não, porque se propõe subir ainda mais as taxas marginais do imposto sobre o rendimento.

4-Não, porque a subida dos impostos sobre as empresas reduz a competitividade global.

5-Não, porque a subida das taxas marginais do IRS reduz a taxa de rentabilidade da acumulação de capital humano.

6 –Não, pelas mesmas razões de 4.

## PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Resumo: Propõe-se, para além do englobamento de todos os rendimentos no IRS, um aumento da taxa de IRS máxima de 75%, aumento dos impostos sobre as empresas e redução em 2 pp no IVA.

Respostas aos quesitos:



1- Não há medidas de reforma fiscal. A política fiscal proposta compõe-se por: (a) englobamento de todos os rendimentos no IRS, o que equivale a um aumento dos impostos sobre rendimento das famílias de cerca de 1 mmE, equivalente a um aumento médio de 7,9%, mas se excluir uma parte significativa dos menores rendimentos, poderá ser de 12 a 15% para os restantes, (b) criação de dois novos escalões de 65 e 75%<sup>17</sup> para os rendimentos superiores a 152 e 500 mil Euros, que gerariam um acréscimo de rendimento não quantificado, mas baixo, (c) redução da taxa normal do IVA de 23 para 21% e redução do IVA sobre eletricidade para 6%, (d) subir a taxa de IRC de 21 para 25% e 35% para lucros superiores a 3 milhões de Euros, (e) taxa de 0,5% sobre todas as transações financeiras, (f) imposto sobre património mobiliário (não especificado).

2-Não, as medidas propostas reduziram a poupança, pois a maior parte desta é feita pelas classes média e de rendimentos mais altos.

3-Não, porque se propõe subir ainda mais as taxas marginais do imposto sobre o rendimento.

4-Não, porque a subida dos impostos sobre as empresas reduz a competitividade global.

5-Não, porque a subida das taxas marginais do IRS reduz a taxa de rentabilidade da acumulação de capital humano.

6 –Não, pelas mesmas razões de 4.

## PAN

**Resumo:** As medidas orçamentais propostas são a reformulação da política fiscal para a tornar mais amiga do ambiente e o aumento da dedução pessoal, bem como subida de alguns benefícios sociais.

## ALIANÇA

**Resumo:** “...este deficit é conseguido com uma carga fiscal que atingiu o máximo da nossa história e compromete o nosso desenvolvimento estrutural, seja pela reduzida propensão para o investimento (IRC) seja pela fuga dos nossos talentos humanos que procuram melhores condições de trabalho (IRS) no exterior, pondo a perder o investimento formativo que fizemos no seu percurso académico.”

---

<sup>17</sup> Só o governo socialista de F. Hollande introduziu uma taxa deste nível em França. Esta medida provocou uma elevada saída de capitais, e foi abandonada passados dois anos, porque as receitas caíram. Veja-se Aghion, P. , V. Ciornohuz, M. Gravouelle, S. Stancheva, Reforms and Dynamics of Income: Evidence Using New Panel Data. Mimeo, July 2019, disponível em <https://scholar.harvard.edu/aghion/publications>.

A política orçamental propõe reduzir a carga fiscal aproveitando a margem orçamental, mas sem especificar qual é. Redução do IRC para 17% em 2022. Aumento das deduções em sede de IRS e maior progressividade.

## INICIATIVA LIBERAL

Resumo: Propõe pela primeira vez em Portugal um “flat-tax” de 15% para o IRS. Também propõe um orçamento de base zero e redução do peso do Estado, introduzindo maior liberdade de escolha para o utente, na saúde (generalização da ADSE) e no ensino (cheque ensino).

## IV. DESPESA E INVESTIMENTO PÚBLICOS E REFORMA DO ESTADO

**Diagnóstico:** Com o peso do Estado na economia a atingir 44% do PIB em 2018-2019, a eficiência da despesa pública é determinante da competitividade e produtividade da economia. Primeiro, a produtividade dos serviços de administração pública, saúde, educação e outros representam cerca de 17% do total<sup>18</sup>, e a sua produtividade tem um gap de 30 a 40% em relação à média europeia. Nas transferências sociais, a componente que se refere à diminuição do risco de pobreza ou aos subsídios de desemprego, também têm um grau de eficácia, em relação aos objetivos, que é passível de melhoria substancial. Mesmo o sistema de segurança social que corresponde ao seguro de doença e às pensões de velhice podem ter um aumento significativo de eficácia, quando comparados com os melhores sistemas a nível mundial.<sup>19</sup>

As decisões de políticas públicas, desde a formulação da política de curto prazo, como a política de desenvolvimento económico a longo prazo, não são objeto de estudos aprofundados de carácter técnico, de acordo com as técnicas mais atuais, e sujeitos a discussão dos agentes económicos. Muitas das decisões sobre grandes políticas ou projetos são sobretudo resultado de opiniões, e por isso sujeitas à forte influência de grupos de pressão ou de interesses corporativos, sem uma clara definição do bem-estar social.<sup>20</sup>

Quesitos:

1-EXISTE UMA PROPOSTA DE ARQUITETURA INSTITUCIONAL PARA A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÓMICAS DE CURTO E LONGO PRAZO, BASEADAS EM ANÁLISES ECONÓMICAS RIGOROSAS E NÃO AO SABOR DAS OPINIÕES E INTERESSES PARTICULARES?

---

<sup>18</sup> Peso dos setores em termos de valor acrescentado no PIB. Dados das Contas Nacionais do INE para 2017.

<sup>19</sup> Ver Mateus, A., Orçamento, Economia e Democracia, op. Cit. Capítulo 6.

<sup>20</sup> Ver Mateus, op. cit, capítulo 8.

2- EXISTE UMA PROPOSTA DE POLÍTICA ORÇAMENTAL QUE COMPREENDA UMA AVALIAÇÃO RIGOROSA DA DESPESA PÚBLICA, TENDO EM VISTA O AUMENTO DA EFICIÊNCIA?

3- EXISTE UMA ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO DE VALORIZAÇÃO DO ESSENCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

4- QUAIS SÃO OS GRANDES INVESTIMENTOS PÚBLICOS PROPOSTOS? AS PROPOSTAS DE INVESTIMENTO DO ESTADO, AO NÍVEL CENTRAL, REGIONAL E LOCAL, ESTÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS EM ANÁLISES DE CUSTO-BENEFÍCIO RIGOROSAS E COMPLETAS, QUE SIRVAM OS PORTUGUESES E PROTEJAM EQUILIBRADAMENTE A ECONOMIA, O AMBIENTE E AS PESSOAS?

**Conclusões:** Nenhum partido faz propostas no sentido de reformular a arquitetura e a forma como são elaboradas as políticas económicas de curto e longo prazos. Também à exceção da sugestão de orçamento zero da IL e deste e da reforma administrativa do CDS, não são feitas propostas de reformas profundas com o objetivo de melhorar a eficiência. No que respeita à administração financeira do Estado são feitas propostas pelo PSD e PS no sentido de implementar os orçamentos por programas. Só o PSD dá ênfase à ligação destes à gestão para os resultados. Tanto o PSD como o PS apresentam programas para melhorar a qualificação na administração. Não existem grandes diferenças entre os investimentos públicos propostos, com ênfase nos transportes, seguido da saúde e educação. À exceção do CDS e Aliança não se propõe uma avaliação rigorosa dos grandes investimentos.

## **PARTIDO SOCIALISTA**

Resumo: O segundo programa mais importante do PE, no que respeita à boa governação, é a melhoria da qualidade dos serviços públicos, em particular na saúde, educação e setor empresarial do Estado. Também se propõe um novo quadro de gestão e responsabilização da Administração Pública.

1-Não é tema abordado pelo PE.

2-Embora se refira a melhoria da qualidade dos serviços públicos, são escassas as medidas para se alcançar um aumento significativo da eficácia da despesa. O PE refere que irá finalmente implementar uma orçamentação por programas (o que deveria ter sido feito até 2018), mas não refere a outra componente fundamental da Lei de Enquadramento Orçamental de 2015 que é a gestão para resultados (performance budgeting). Refere-se vagamente que vão ser revistos os métodos de avaliação em todos os serviços, mas sem fazer a ligação ao orçamento. Refere, por ex., a política de redução do número de alunos por turma, que em termos gerais os especialistas<sup>21</sup> não apontam como prioritário na melhoria da performance do sistema educativo. Em resumo, não só não se propõem medidas concretas de melhoria de eficácia dos serviços, como não existe nem uma visão nem estratégia para efetivar essa mesma melhoria.

3-O PE propõe um rejuvenescimento das classes dirigentes, um processo de recrutamento mais cuidado para estas classes, melhoria dos incentivos e ações de formação para os funcionários. Falta detalhar e especificar estas medidas.<sup>22</sup>

4-Os grandes investimentos são: (i) ferrovia 2020 e material circulante, (ii) expansão do metro de Lisboa e Porto, (iii) novos hospitais, e (iv) modernização das escolas. Não existe qualquer

---

<sup>21</sup> Por exemplo, vários estudos da OCDE.

<sup>22</sup> Em contrapartida, existem medidas extremamente detalhadas como “disponibilizar um número de telefone único” por serviço público (pg. 15).

análise de benefício-custo ou “value for money” subjacente ao PE, seja nos investimentos propostos seja nos programas setoriais, nem o pretende fazer. Dadas as centenas de medidas propostas deveria concentrar-se, para ser exequível nas grandes áreas de políticas e programas, o que não é feito.

## PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA

Resumo: “O maior problema das contas públicas é a estrutura da despesa pública, pesada e rígida. Portugal apresenta valores de despesa corrente primária acima dos seus principais concorrentes (Europa do Sul e do Leste) sem que tal se traduza em níveis de serviço público superiores, devido aos níveis baixos de eficiência da despesa pública. É necessário evitar e desconstruir um equívoco: moderar o crescimento da despesa corrente primária não significa reduzir a importância do Setor Público e da sua intervenção (quer ao nível das funções de soberania, quer ao nível da proteção social), mas sim encontrar outras soluções instrumentais que aumentem a eficácia da despesa pública.” (pg. 115)

1-Não é objeto do PE.

2-O objetivo da eficiência do Estado ou da reforma administrativa não é identificado separadamente, mas como parte das políticas setoriais (educação, saúde e justiça) e como uma das componentes das finanças públicas, onde assume um alto relevo. A **Reforma da Administração Financeira do Estado para o Século XXI** tem como vetores, entre outros: (i) implementação do sistema de contabilidade por custos, (ii) reorganização de funções (iii) aumento da flexibilidade gestonária dos organismos, assegurando, assim, uma maior responsabilização dos ministérios setoriais, dando-lhes uma maior autonomia financeira (iv) implementar uma efetiva orçamentação por programas, definindo para cada ministério objetivos, indicadores e metas. Trata-se da implementação da Lei de Enquadramento Orçamental de 2015. Propõe-se ainda a revisão das carreiras, a revisão das estruturas da Administração Pública, a formação técnica dos quadros de pessoal e a sua estabilização. Também se propõe a desconcentração dos serviços públicos, reforço das autarquias e a discussão da regionalização.

3-O PE propõe a revisão das carreiras da administração pública, programa de formação dos funcionários através do INA e Academia, revisão dos sistemas remuneratórios dando ênfase ao mérito, melhor remuneração dos dirigentes e simplificação dos serviços e aproximação do cidadão.

4- Investimentos em infraestruturas logísticas, portuárias (redes internacionais) e ferroviárias (conversão para bitola europeia, ligação Lisboa e Porto em velocidade alta, com ligações à fronteira para mercadorias e passageiros), e aeroportuárias (reapreciar a localização do novo aeroporto em Alcochete) . Faz-se referência a metodologias técnicas de avaliação e análise de projetos de investimento público mais rigorosos. (p.111)

## CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL

Resumo: O PE propõe um Estado justo e eficiente, mediante uma reforma administrativa, revisão de vários aspetos legais, não à regionalização, sim à descentralização,

1-Refere a importância de uma reforma da administração pública e um conjunto de princípios orientadores. Em particular é de referir a proposta da metodologia do orçamento zero, que nunca chegou a ser implementado entre nós.

2-Falta a ligação à eficiência da despesa e ao contributo para o equilíbrio orçamental. Também não refere a importância da reforma do processo orçamental, iniciado pela Lei de Enquadramento Orçamental de 2015.

3-A estratégia de médio prazo baseia-se numa avaliação mais rigorosa da performance, avaliação da performance dos serviços, integração de serviços e maior abertura à colaboração com a iniciativa privada e social e criação de centros comuns de competências entre serviços.

4-Expansão das redes de metro, na ferrovia melhorar o eixo Aveiro-fronteira e eixo Sines-fronteira, eixo do Algarve e ligação Minho-Algarve. Faz-se referência nalguns temas, como na avaliação das políticas de proteção da velhice, mas falta uma proposta clara e assertiva da necessidade de metodologias técnicas rigorosas na avaliação das políticas públicas e investimentos. Excetua-se a proposta da pág. 178 no que se refere às políticas públicas.

## **BLOCO DE ESQUERDA**

Resumo: Não aborda o tema.

1-Não é tema do PE.

2-A única referência à qualidade dos serviços públicos é na pag 84, referindo que esta sofre por causa da falta de trabalhadores no setor público, e que é necessário “combater a troika”.

3-Não aborda o tema.

4-Ferrovia: áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, expansão do metro. Vasto programa de construção de habitação social. Não aborda o tema da análise de investimentos.

## **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**

Resumo: Não aborda o tema da reforma da administração pública.

1-Não é tema do PE. Apenas se refere a necessidade de um planeamento, mas no sentido de economia socialista.

2-O PE apenas tem uma página sobre “Uma despesa pública com critério e rigor” (pag 32). Aqui se refere apostar nos ganhos de eficiência, com a descentralização, motivação dos

trabalhadores, inserção dos reguladores na administração (contrário à exigência moderna de independência), e resgate das PPP.

3-Não é relevante.

4-Novas linhas ferroviárias entre Lisboa e Porto, Lisboa e Sines e Caia e novo aeroporto de Alcochete. Refere-se a necessidade de uma avaliação para aumento de eficiência dos investimentos públicos. Porém, ao contrário da tendência moderna dos leilões para atribuição de projetos com custos mínimos para o Estado, pretende-se a negociação direta destes. (Pag 33)

## PAN

Resumo: Não faz propostas sobre reforma do Estado, e na despesa pública apenas se concentra na saúde, educação e políticas ambientais.

## ALIANÇA

Resumo: Propõe uma redução da despesa pública, através do aumento da eficiência e da redefinição das funções do Estado para onde ele é necessário. Políticas de conservação dos equipamentos e infraestruturas públicas. Não há propostas concretas para uma reforma sistemática do Estado. No que se refer ao investimento público dá-se ênfase aos transportes, regadio e florestação.

## INICIATIVA LIBERAL

Resumo: Ao propor um orçamento zero está implícita a necessidade de uma reforma sistemática do Estado, embora esta não esteja contemplada.

## EDUCAÇÃO

**Diagnóstico:** Desde os anos 1970, aquando da formulação das primeiras teorias do crescimento e da elaboração de estatísticas da educação, que se identificou o fraco nível de capital humano como um dos principais fatores de atraso da economia portuguesa. Apesar dos esforços de escolarização nas últimas décadas, Portugal continua entre os países da cauda da OCDE, não só com a menor taxa de formação com pelo menos o ensino secundário completo entre a população com mais de 25 anos, como mesmo na classe mais jovem dos 25 aos 34 anos. Outro problema que continua a limitar a competitividade da economia é a um ensino vocacional deficiente, que não prepara suficientemente os jovens para o mercado do trabalho. Mas as deficiências do nosso ensino não se limitam ao campo técnico e científico como à preparação em termos éticos e de cidadania, bem assim como para a economia global e digital em que vivemos. Finalmente, apesar dos casos de excelência, muitas das nossas universidades e instituições do ensino superior têm baixos níveis de qualidade a nível global e falta um entrosamento entre as universidades e as empresas no domínio da investigação aplicada.

Quesitos:

1-EXISTE UM PROGRAMA CONCRETO PARA COLMATAR O GAP EM RELAÇÃO À MÉDIA DA OCDE, NO NÍVEL DE EDUCAÇÃO DOS JOVENS?

2-EXISTE ALGUM PROGRAMA PARA MELHORAR O NÍVEL EDUCACIONAL DOS ADULTOS?

3-EXISTE UM PROGRAMA PARA DINAMIZAR O ENSINO VOCACIONAL E PREPARAR OS JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO?

4-HÁ PROPOSTAS PARA PREPARAR MELHOR EM TERMOS ÉTICOS, POLÍTICOS E COMPETITIVOS OS JOVENS NA EDUCAÇÃO OBRIGATÓRIA? QUE PROPOSTAS SÃO FEITAS PARA MELHORAR A EFICIÊNCIA DO SISTEMA EDUCATIVO?

5-HÁ PROPOSTAS PARA MELHORAR A QUALIDADE TÉCNICA E CIENTÍFICA DAS UNIVERSIDADES QUE AINDA ESTÃO ATRAZADAS EM TERMOS GLOBAIS?

6-QUE PROPOSTAS EXISTEM PARA INTENSIFICAR O ENTROSAMENTO DA INOVAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES E EMPRESAS?

**Conclusões:** A educação deixou de ser “a paixão” das políticas sociais, especialmente no partido do atual governo. O PSD e CDS continuam a dar uma importância estratégica, seja como “elevador da mobilidade social”, como na preparação dos jovens para o mundo global ou nas múltiplas dimensões da educação moderna. O PSD, CDS, Aliança e IL dão ênfase a um ensino mais baseado na ciência e nos conhecimentos técnicos, enquanto que o PS, BE e PAN dão ênfase a um ensino mais socio-cultural e experimental. Todos os partidos, exceto o PCP propõem uma maior descentralização do sistema de ensino e maior autonomia das escolas. O PSD, CDS,

Aliança e IL pugnam pela dignificação do ensino vocacional, o PS dá menor ênfase e o BE defende a sua eliminação a nível secundário. O PSD, CDS e Aliança defendem um sistema de avaliação rigorosa, enquanto que o BE e PAN pugnam por uma redução significativa dos exames. Finalmente, o CDS e IL propõe uma maior liberdade de escolha da escola, enquanto que o BE e PAN propõe uma maior gratuitidade do ensino. Todos os partidos propõe uma expansão da ação social escolar, em termos de bolsas, habitação e saúde.

## **PARTIDO SOCIALISTA**

Resumo: “A escola pública é o principal instrumento de redução das desigualdades de mobilidade social. Para isso, as escolas devem garantir a igualdade de oportunidades no acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, assim como percursos de qualificação diversificados. Isso implica uma escola de autonomia reforçada.”

Respostas aos quesitos:

1-Não existe um capítulo autónomo da educação, que não parece ser uma área estratégica do PE. A educação é apenas vista como um instrumento de redução da desigualdade. Não há nenhuma política dirigida à redução do gap educacional. A principal medida é a elaboração de estudos sobre o abandono escolar e o reforço dos meios de apoio aos estudantes de menor rendimento.

2-Apenas se refere de forma genérica a necessidade de aumentar a qualificação dos adultos.

3-Não há referências ao ensino vocacional.

4-A educação não é encarada nesta função multidimensional. A estratégia proposta apenas refer: (i) maior autonomia às escolas, (ii) requalificação das escolas, e (iii) elaborar um conjunto de estudos sobre a gestão das escolas, necessidades de pessoal e sobre a carreira docente.

5-Não há preocupação.

6-Só referências genéricas.

## **PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA**

Resumo: “As políticas educativas terão de considerar como prioridades os seguintes objetivos e finalidades da educação: (a) **formar pessoas**, através da dimensão emancipatória da liberdade e da autonomia, da civilidade e da disciplina, dos valores e atitudes característicos das sociedades abertas à diversidade social e cultural, como sejam o respeito, a tolerância e a solidariedade perante a diferença; (b) dominar o conhecimento e mobilizá-lo, desenvolvendo uma cultura crítica suscetível de potenciar a inovação e criação cultural; (c) formar para uma cidadania ativa e participativa; e (d) **formar profissionais** capacitados para integrar a vida adulta.”

Respostas aos quesitos:

1- Não explicitamente. Dá-se mais ênfase aos aspetos qualitativos. A ênfase colocada no ensino pré-primário pode contribuir para este objetivo. O problema do abandono escolar só se ataca pela melhoria do ensino e diversificação da oferta.



2-Pretende-se alargar o acesso ao ensino superior através de várias medidas, sem se abordar o tema explicitamente.

3-Dá-se relevância ao ensino secundário vocacional, embora sem definir as suas modalidades. Pretende-se uma melhoria deste tipo de ensino, melhorando o seu curriculum, envolvendo as empresas na sua definição.

4-Sim (ver resumo acima). Em termos de estratégia da educação propõe-se uma maior autonomia das escolas, melhorar a qualificação dos professores, promover a avaliação externa das escolas e dos professores, e dignificar a carreira. Propõe-se também a recuperação dos aumentos de salários que estiveram congelados pela progressão na carreira, mas de forma diversificada (salários, reforma antecipada e redução da carga letiva).

5-Não existem medidas específicas.

6-Várias medidas são propostas em termos genéricos. Note-se a reforma das instituições de investigação, e o objetivo ambicioso de 5% de gastos em I&D.

## CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL

Resumo: “Na educação, propomos a revolução que constitui institucionalizar a liberdade de escolha dos pais em relação à escola que pretendem para os seus filhos.”...” Propomos uma reforma sensata do nosso sistema educativo, com um objetivo muito concreto: preparar os alunos para o Mundo global, num contexto de igualdade de oportunidades.”

Respostas aos quesitos:

1-Não é objetivo específico.

2-Não é objetivo específico.

3-Preparar os alunos para o mundo global e estabelecer a igualdade de oportunidades, bem assim como tornar obrigatória a educação para a cidadania. A estratégia para o setor da educação assenta em: (a) universalizar a educação pré-escolar, tornando-a obrigatória aos 5 anos de idade, (b) atualizar os currículos e ciclos de estudo para evitar tantas transições, (c) maior autonomia das escolas, com avaliação externa, (d) eliminar o código postal como base de escolha da escola e estabelecer quotas por escola para alunos com ação social escolar, (e) defesa dos contratos simples e de associação com colégios privados, (f) revisão do programa de formação dos professores; (g) eliminar a estigmatização do ensino profissional, reforçando a aprendizagem no contexto do trabalho, criação de plataformas a nível municipal e de parcerias com o setor empresarial.

4-Não é referido.

5-Não é referido diretamente.

6-Dignificação da função de investigação a nível empresarial. Sistema de incentivos financeiros à investigação orientada para as empresas, privilegiando as ligações às universidades e centros de investigação.

## BLOCO DE ESQUERDA

Resumo: “A ideologia neoliberal contaminou a Educação com a linguagem e o pensamento da gestão e da economia (o verdadeiro “eduquês”) e acarretou a secundarização das Ciências Sociais e da Educação e o retrocesso a uma educação tecnocrática, positivista e meritocrática, fortemente reprodutora das desigualdades sociais. O melhor exemplo é o ensino profissional, que funciona como uma escola dentro da escola, que tem como função absorver os alunos e alunas com “menor sucesso académico”. “É imprescindível acabar com os exames em todos os ciclos de ensino e separar a conclusão do secundário do acesso à universidade.”

Respostas aos quesitos:

1-Não é especificado.

2-Não é especificado. Apenas é abordada a questão do abandono escolar.

3-Fala-se na dignificação do ensino profissional, mas sem detalhes. Na estratégia para a educação, para além da revisão dos currículos e conteúdos de acordo com o texto acima, especifica-se: (a) generalização do ensino pré-escolar aos 3 anos, integração das creches no sistema escolar e sua gratuidade; (b) revisão dos ciclos, eliminação dos exames nacionais e revisão do modelo de acesso ao ensino superior; (c) eliminação das propinas no ensino superior para os alunos de menor rendimento e corte da propina máxima; (d) recuperação do parque escolar e aumentar o investimento no ensino superior; (e) aumentar os auxílios sociais para a educação.

4-Não são feitas propostas.

5- Não são feitas propostas.

6-Não são feitas propostas.

## PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Resumo: “Um Estado ao serviço do povo, que efetive os direitos sociais, assegure o direito à saúde e educação e promova a cultura. ... Escola Pública, gratuita, de qualidade e inclusiva.”

Respostas aos quesitos:

1-Não tem planos.

2-Não tem planos.

3-As medidas propostas são: (i) reversão das políticas de descentralização, (ii) gratuidade do ensino superior público e eliminar apoios ao setor privado, (iii) unificar o sistema de educação superior (universidades e politécnicos), (iv) gestão do ensino superior com maior poder para os alunos, (v) emprego público permanente para todos os trabalhadores do setor, (vi) reforçar a

ação escolar aumentando as bolsas, alojamento, alimentação e apoio médico, e (vii) lançamento de programa para educação de adultos.

4-Não são feitas propostas.

5- Não são feitas propostas.

6-Não são feitas propostas.

## PAN

Resumo: “Onde está essa escola do bem-estar, da empatia e do debate? ... Por que razão cada professor tem de gerir sozinho a sua turma? Por que tem de ter uma turma? Por que tem de haver reprovação? Por que tem de haver um professor a falar e um grupo de alunos a ouvir, ou a fingir ouvir?”

1-O PE põe em causa a conceção da educação como praticada na maioria dos países de hoje.

2-Não tem medidas concretas.

3-As medidas propostas são genéricas, e baseadas numa conceção adaptada aos países desenvolvidos, consentâneos com as melhores orientações pedagógicas. Por exemplo:

“(Re)introduzir espaços verdes e hortas nas escolas - medida acompanhada de formação em educação ambiental acreditada para todos os docentes e restantes profissionais da educação” ou “Insistir em temas e métodos mais adequados à realidade atual, contemplando temas como a educação para o ambiente sustentável, empatia, igualdade, regulação emocional, gestão de conflitos, trabalho em equipa, solidariedade, transdisciplinaridade, na formação superior dos futuros docentes e dos educadores de infância”(pag 103).

4-Não é aplicável, nesta conceção.

5-Nada se refere.

6-Nada se refere.

## ALIANÇA

Resumo: “Investir na qualidade de um sistema de Ensino abrange três vetores fundamentais: a) a qualificação e empenho dos recursos humanos - professores e auxiliares de ação educativa;- b) o compromisso e colaboração das famílias; c) a adequação dos conteúdos programáticos.”

1-Reconhece o problema.

2-Não tem medidas concretas.

3- As principais medidas são: (i) descentralização do sistema educativo e dar mais autonomia às escolas, (ii) assumir o ensino tecnológico e profissional como um pilar estruturante do sistema de ensino, (iii) internacionalização do sistema de educação superior, (iii) e rejeição da lógica da gratuidade que provoca iniquidades.

4-Refere a necessidade de adequar o sistema às necessidades do mundo empresarial.

5-Não tem propostas.

6-Propõe a meta de despesa em I&D de 3,5% do PIB para 2025, rever o funcionamento das unidades de investigação e e dos laboratórios do Estado, introduzir nas escolas cursos de empreendedorismo e intensificar a colaboração entre as instituições públicas de investigação e as empresas.

## INCIATIVA LIBERAL

Resumo: As duas propostas principais são (i) descentralização da gestão das escolas, e (ii) introduzir o princípio da liberdade de escolha da escola seja pública ou privada, através do cheque-ensino.

## SAÚDE

**Diagnóstico:** Embora Portugal esteja bem colocado no que respeita aos índices gerais de morbilidade e saúde, entre os países da OCDE tem uma má classificação em termos de mortes evitáveis e de condições de saúde das populações mais idosas (sobretudo pós-reforma). Portugal adotou um modelo de intervenção do Estado na saúde tipo Beveridge (baseado num Serviço Nacional de Saúde), como praticado no Reino Unido, em detrimento do modelo Bismarckiano (baseados num sistema de Segurança Social), como praticado na Holanda e Alemanha. Embora exista uma grande controvérsia sobre o modelo mais eficiente, hoje é reconhecido que o segundo revela melhores resultados, embora nalguns países seja mais caro. Portugal revela problemas de um sistema de saúde ineficiente, com cerca de 30% em relação à média da OCDE. Segundo a OCDE, em 2015 o setor público recebia 66% do financiamento com despesas de saúde e o privado e social os restantes.<sup>23</sup>

Outro problema é a menor eficiência do SNS, onde existe uma enorme falta de meios no sistema primário, como de cobertura dos médicos de família, assim como os baixos níveis de saúde dos idosos e da falta de apoio aos serviços domiciliários.

A deficiência do SNS é geralmente caracterizada pelo número de pessoas inscritas nas listas de espera para cirurgia: em 2015 havia 191,8 mil inscritos, e em 2018 234,7 mil. A média do tempo de espera dos operados manteve-se nos 3,1 meses em 2017, mas há casos de espera de 6 anos. Embora tenha aumentado o pessoal, quando se considera a redução das 40 para 35 horas, as horas trabalhadas em 2018 são inferiores às de 2015. Outro número referido é a falta de médicos de família, havendo cerca de 690 mil pessoas sem este acesso.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Education at a Glance, 2016. Contudo, o número de médicos no SNS é de 40% dos inscritos na Ordem (dados de 2016 da Pordata).

<sup>24</sup> Relatório do Observatório sobre a Saúde, primavera de 2019.

Apesar de os portugueses pagarem impostos para financiar o SNS, as dificuldades de acesso levaram à necessidade de cobertura através da subscrição de seguros privados, que já totalizam 2,34 milhões de subscritores. Este fator introduz uma distorção substancial, na medida em que as pessoas com baixo rendimento têm que suportar tempos de espera elevados, e as de rendimentos médios acabam por pagar impostos mais o seguro, que envolve sempre um pagamento monetário adicional, para acesso aos serviços. Segundo a OCDE, Portugal era o sexto país da EU-28 em que são mais elevadas as despesas com saúde suportadas pelo próprio, com 3,6% das despesas de consumo, contra 2,3% da média e menos de 1,5% na França e Reino Unido.

1-O PE PROPÕE UMA UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS NACIONAIS NA SAÚDE, SOBRETUDO NA COLABORAÇÃO ENTRE SETOR PÚBLICO, PRIVADO E SOCIAL?

2-EXISTE UMA PROPOSTA DE MELHORIA NO ACESSO EQUITATIVO DE TODAS A POPULAÇÃO, INDEPENDENTE DO SEU NÍVEL DE RENDIMENTO, AOS SERVIÇOS DE SAÚDE?

3-QUAIS SÃO AS ESTRATÉGIAS DE AUMENTO DE EFICIÊNCIA NO SNS?

4-EXISTE UMA PROPOSTA PARA DIMINUIR OS TEMPOS DE ESPERA NO SNS?

5-EXISTE UMA PROPOSTA PARA DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PRIMÁRIO DO SNS, NOMEADAMENTE NA APROXIMAÇÃO AOS UTENTES, EM TERMOS PREVENTIVOS E DE TRATAMENTO?

6-EXISTE UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA NO DOMICÍLIO OU NÃO HOSPITALAR AOS IDOSOS OU DOENTES DE DOENÇAS PROLONGADAS?

7-QUE MEDIDAS SE PROPÕEM PARA MELHORAR A QUALIDADE DE SAÚDE NA PÓS-REFORMA DOS IDOSOS?

**Conclusões:** Apesar de todos os partidos concordarem na existência do SNS, o PS, BE, PCP e PAN são a favor do seu reforço, enquanto que o PSD, CDS, Aliança e IL apontam a necessidade de uma colaboração estreita entre o SNS e os setores privado e social. Todos os partidos preconizam a melhoria do acesso a cuidados de saúde primários para toda a população aumentando a sua cobertura, e investindo em áreas como saúde oral, oftalmologia e saúde mental, e aumentando efetivamente a abrangência dos cuidados de saúde primários. Todos concordam na ênfase à prevenção e educação para a saúde. E, em menor tónica, em melhores cuidados de saúde continuados e paliativos, em resposta às alterações demográficas.

Nenhum partido é claro sobre a articulação entre o sistema central hospital e o sistema primário, bem como na sua gestão integrada e mais eficiente. Também não existem sugestões para uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, como, por exemplo, a repartição de trabalho entre médicos e enfermeiros, utilização mais eficiente dos equipamentos e salas operatórias, ou o congestionamento dos hospitais centrais. Também não se aborda a questão da elevada taxa de abandono pelo pessoal do SNS para o setor privado ou emigração, devido às

baixas remunerações. Nenhum dos partidos propõe o regresso das 35 às 40 horas de trabalho semanal, a par com os restantes setores.

O CDS e a Aliança propõem a generalização da ADSE, o que tem custos superiores aos benefícios, e que eventualmente poderá fazer sentido para alguns subsectores públicos, mas que iria concorrer com os seguros privados.

### **PARTIDO SOCIALISTA**

Resumo: " Na saúde, os sistemas de incentivos remuneratórios e a melhoria da eficiência e da qualidade devem ser explorados. Num quadro de garantia de acessibilidade dos portugueses aos cuidados de saúde, o plano de investimentos em novas unidades deve ser implementado com elevada exigência, com o objetivo de potenciar poupanças e permitir introduzir novas formas de prestação de cuidados."

Respostas aos quesitos:

1-O PE não tem uma estratégia clara de melhoria da eficiência na Saúde, fecha as portas a mais PPPs e o recurso a terceiros só em casos de necessidade (O PS afirma o princípio da responsabilidade do Estado no garante e na promoção da proteção da saúde através do SNS e assumindo que a contratação de entidades terceiras é condicionada à avaliação da necessidade. Igualmente, assume o compromisso de não fazer nenhuma nova PPP na gestão clínica num estabelecimento em que ela não exista)

2-Não existe. Os milhares de utentes que têm seguros privados não deixaram de necessitar deles.

3-Não são claras.

4-As propostas são alargar o número de consultas externas, recrutar mais pessoal e simplificar os contactos entre utentes e prestadores de saúde, o que parece insuficiente.

5-Embora se refira a extensão dos cuidados primários, o PS já afirmou que esta extensão terá que ser gradual no futuro.

6-Não existe proposta.

7-Não existe proposta específica.

### **PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA**

Resumo: Prioridade à prevenção e estilos de vida, cooperação entre todos os setores público, privado e social, que permite a comparação e competição entre eles, sempre a favor do utente, uma afetação de recursos mais eficiente, com custos mais baixos para o Estado e para o contribuinte, um aumento da acessibilidade da população sem perda da qualidade dos cuidados prestados e um poder acrescido de escolha por parte dos cidadãos." (p. 58)

Respostas aos quesitos:

1-Sim, e colaboração e concorrência entre SNS (Estado), privados e setor social. Divulgação dos indicadores de desempenho de todas as unidades e contratualização e pagamentos do Estado aos privados e social com base no desempenho.

2-Não se aborda o tema, mas a melhoria dos sistemas e a contratualização com base no desempenho podem facilitar.

3-Um novo modelo de gestão dos hospitais públicos do SNS orientado para a prossecução de objetivos e para níveis de eficiência. Garantia de autonomia de gestão no quadro dos objetivos contratualizados, com incentivos financeiros aos profissionais de saúde em função dos resultados obtidos.

4-Alargar o sistema SIGIC das listas de espera para cirurgias às consultas de especialidade e exames complementares, através da emissão de vouchers, quando os mesmos não se realizem em tempos clinicamente aceitáveis

5-Contratualização de Médicos de Família do setor e privado. Garantir o acesso a médicos de família a todos os portugueses, através da contratualização do SNS com médicos disponíveis.

6-Implementação de um programa de apoio ambulatorio aos idosos dependentes. A prestação de cuidados de saúde em regime ambulatorio para idosos mais carenciados melhora a sua saúde e a sua qualidade de vida e permite aliviar a pressão sobre as urgências hospitalares e evitar alguns internamentos desnecessários.

7-Não há medidas específicas.

## CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL

Resumo: “Para o CDS uma sociedade humana cuida de quem cuidou e ajuda as famílias a organizarem-se para cuidarem dos seus idosos e doentes, tal como coloca em primeiro plano a qualidade dos serviços de saúde para todos, independentemente da natureza do prestador. ... Queremos um Estado justo e eficiente e acreditamos um verdadeiro Estado Social de Parceria, que convoca todos os setores – público, privado e social – para a prestação de serviços na saúde” (p. 2) “Garantimos a ida a qualquer outro hospital, público ou não, se o hospital não tiver vaga para consulta de especialidade, para que não espere eternamente. Alargaremos a ADSE a todos.” (p. 6)

Respostas aos quesitos:

1- Sim, ao propor um estado social de parceria. Propõe a generalização da ADSE a todas as pessoas. Como seguro público, não faz sentido a sua generalização, pois o SNS, que cobre cerca de 60% do total da produção, é já financiado pelos impostos. Para ser sustentável tem que ter um carater obrigatório para um dado grupo de utentes, de outra forma existe o problema da seleção adversa. Além disso, ao ser proporcional ao salário (3,5%), tem um custo elevado para quem tem rendimentos na média ou acima da média, e que é saudável, em comparação com seguros privados, que são de contribuição fixa.

2-Propõe, através, da ADSE, o acesso de todos ao sistema de saúde que os cidadãos pretendem, o que introduz uma maior equidade no acesso. O problema surge do lado do financiamento dos sistemas e do elevado custo social, por eventual duplicação de sistemas.

3-A introdução da figura do “enfermeiro de família”, que pode desempenhar um papel importante nos cuidados primários, como complemento do médico de família.

4-Ao propor o acesso mais equitativo e livre também se pretende reduzir os tempos de espera, mas o problema é a sua exequibilidade. Introdução dos vales saúde nas empresas.

5-Sim, recorrendo também ao “enfermeiro de família”.

6-Sim, recorrendo em grande parte aos institutos de solidariedade social. Inclusão dos custos com cuidados informais no IRS.

7-Idem.

## BLOCO DE ESQUERDA

Resumo: O BE propõe-se “salvar” o SNS e acabar com as PPP, assim como eliminar as taxas moderadoras.

Respostas aos quesitos:

1-Propõe-se acabar com a gestão privada dos hospitais públicos, por uma questão ideológica. O PE ignora os setores privado e social.

2-Faz referência ao acesso equitativo ao sistema de saúde, mas sem especificar as medidas, pois apenas o reforço do SNS e sua gratuidade não resolvem o problema.

3-Não está preocupado com o problema. As deficiências do SNS resolvem-se com mais profissionais e mais investimento (e gratuidade), sem especificar donde vem o financiamento.

4-Apenas pela expansão do SNS.

5-Refere o reforço dos cuidados primários e de proximidade, mas não especifica como se fará esse reforço e não é claro sobre a organização do SNS, apesar de preconizar maior autonomia para os órgãos gestores.

6-Não tem propostas específicas.

7-Não tem propostas específicas.

## PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Resumo: Defender o SNS, como sistema universal e gratuito, mantendo-se o Estado como prestador geral e universal dos cuidados de saúde, com gestão pública, e aumento do financiamento para o setor.



Respostas aos quesitos:

1-A ênfase na produção de saúde pelo Estado e a crítica aos grupos económicos, deixam implícitas medidas para nacionalizar as empresas de saúde e restringir a prática pelos privados.

2-Apenas por um serviço público alargado.

3-Não existem propostas.

4-Não há propostas específicas, apesar de referir a preocupação.

5-Não faz propostas.

6-Não faz propostas específicas.

7-Não faz propostas específicas.

## PAN

Resumo: Reforço do SNS. Propõe um conjunto de medidas de alteração comportamental pelos cidadãos, nomeadamente pela imposição da alimentação vegetariana.

## ALIANÇA

Resumo: “Queremos um SNS requalificado e eficiente, assente na liberdade de escolha para todos os Portugueses, seja através da generalização dos seguros de saúde, seja através da abertura da ADSE. Um sistema onde coabitem públicos, privados e terceiro setor, que aumentem a oferta e contribuam para a sua qualidade. Sem listas de espera, sem adiamentos de cirurgias e serviços fechados.” O problema é a falta de especificação das medidas para atingir este objetivo. Refere a necessidade de reorganização do SNS, reforçando as estruturas distritais, e que é essencial o reforço da eficiência.

## INICIATIVA LIBERAL

Resumo: Propõe a generalização da ADSE.

## PRODUTIVIDADE, INOVAÇÃO E EMPREGO

**Diagnóstico:** . O nível de produtividade relativamente à Alemanha em 2017 estava ainda próximo do nível de 1995 (56%), e o mais dramático, é que depois de ter crescido durante o programa de ajustamento, está em declínio contínuo desde 2013 (Figura 6). Em contraste, a Eslováquia registou uma subida quase ininterrupta, tendo o nível de produtividade subido de 35,7 em 1995 para 60,2 em 2017, um salto de 24,5 pontos percentuais. A Polónia registou também um progresso de 21,1 p.p.,

aproximando-se do nível de Portugal. No período de 1995 a 2018, a taxa de crescimento médio anual da produtividade do trabalho foi de apenas de 1% em Portugal, enquanto que foi de 3,7 na Eslováquia e de 2,7% na Polónia.

É indiscutível que temos baixos salários em Portugal, comparados com a EU, mas o problema é que estes estão condicionados pelos baixos níveis de produtividade da mão-de-obra. Se subirmos os salários, sem aumento da produtividade, perdemos competitividade, acentuam-se os desequilíbrios externos, e entramos numa nova crise económica. Por isso, a pré-condição para os salários subirem é a subida da produtividade.<sup>25</sup> E a subida da produtividade está acompanhada da criação de empregos com maior valor acrescentado, e que permite reduzir a precaridade do emprego.

E a subida da produtividade só se consegue com políticas vigorosas de melhoria da qualificação da mão-de-obra, investimento em equipamentos mais produtivos, tecnologias mais avançadas, gestão mais eficiente e inovação constante. Vários documentos de associações empresariais têm reclamado políticas para redução dos custos de contexto, como os custos com a burocracia (por exemplo, os atrasos nos licenciamentos), os elevados custos energéticos e os custos fiscais, assim como a necessidade de formação dos jovens ou os apoios à I&D.<sup>26</sup>

Quesitos:

1-QUE POLÍTICAS OU MEDIDAS CONCRETAS SE PROPÕE PARA ACELARAR A MELHORIA DA PRODUTIVIDADE NAS EMPRESAS, POR EXEMPLO, PELA CONSTITUIÇÃO DE CLUSTERS E APOIO NA TECNOLOGIA E DESIGN?

2-QUE PROPOSTAS SE FAZEM PARA DESENVOLVER A INVESTIGAÇÃO APLICADA PÚBLICA E EMPRESARIAL, À INDÚSTRIA, SERVIÇOS E AGRICULTURA PORTUGUESAS?

3-QUAIS AS PROPOSTAS DE INTENSIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE?

4-QUAIS AS PROPOSTAS PARA INTENSIFICAR O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO PRODUTIVO E A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA?

5-QUAIS AS PROPOSTAS PARA RECAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS E REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO?

6-QUE PROPOSTAS SE FAZEM PARA FACILITAR O ACESSO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS AOS MERCADOS EXTERNOS E A INTENSIFICAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES?

---

<sup>25</sup> E a solução não é continuar a subir o salário mínimo, pois já temos o rácio entre o salário mínimo e o salário médio, ou mediano, dos mais elevados da EU.

<sup>26</sup> A CIP fez um conjunto de propostas em “Portugal a crescer mais”, 2019, que abarcam uma grande parte dos temas aqui abordados.

## 7-QUE MEDIDAS SE PROPÕEM PARA QUE O PAÍS NÃO SE ATRASE NA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL QUE ESTÁ JÁ A ACONTECER, COM ELEVADO CONTEÚDO DE AUTOMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E INTEGRAÇÃO GLOBAL?

**Conclusões:** Dada a importância desta questão para o crescimento e competitividade da economia portuguesa, estes temas mereceriam maior desenvolvimento das políticas e medidas propostas pelos partidos.

O PS, PSD e CDS propõem um conjunto de medidas para a agricultura, indústria e turismo, de apoio à formação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e I&D e de apoio financeiro, sobretudo no quadro dos fundos comunitários. O mesmo se propõe a Aliança e Iniciativa Liberal. O BE, PCP e PAN são contra ou pelo menos não reconhecem a economia de mercado, propondo nacionalizações e subidas de impostos sobre as empresas.

O PS apresenta um PE em que faz referência em grande parte aos programas já existentes. O CDS propõe uma “revolução” na formação profissional. Tanto PSD como o CDS reconhecem a importância do investimento direto estrangeiro, ao contrário do PS. O PSD dá prioridade a este tipo de investimento que promova a transferência de tecnologia e para setores de exportação.

O CDS e em menor grau o PSD reconhecem a importância da regulação num Estado moderno.

### **PARTIDO SOCIALISTA**

Resumo: A secção IV do PE aborda a questão da “sociedade digital, da criatividade e da inovação”, especificando centenas de políticas e medidas, sem hierarquia, das quais é difícil extrair uma estratégia industrial.<sup>27</sup> Em particular dá-se relevo à formação profissional e a alguns programas de subsídios e apoio já existentes para I&D, ou financiamentos no quadro comunitário.

Respostas aos quesitos:

1-“Prosseguir e intensificar a articulação e cooperação entre as entidades públicas e os setores empresariais portugueses, concretizando os Pactos Setoriais para a Competitividade e Internacionalização celebrados com os clusters” (p. 31 da CIP) é reproduzido no PE “Continuar o trabalho de interação e de aproximação aos setores empresariais portugueses, concretizando os Pactos Setoriais para a Competitividade e Internacionalização firmados com os *clusters*.” (p. 114). Também se fala dos Gabinetes de Transferência de Tecnologia das universidades. Contudo, falta ainda especificar o modelo de sucesso que deve ser aplicado.

2-Não tem propostas específicas.<sup>28</sup>Fazem-se algumas referências no caso do mar e agricultura.

---

<sup>27</sup> Por exemplo, como se consegue “garantir que Portugal se encontra na linha da frente da execução do Programa Europa Digital”? “promover ... o aumento de escala dos projetos de base industrial e tecnológica”? “apostar na formação dos territórios inteligentes”? (p. 121).

<sup>28</sup> A proposta da CIP é de “Reorientar a vocação dos laboratórios do Estado para a investigação dirigida ao tecido empresarial, em estreita ligação com os centros tecnológicos”, e “Valorizar como critério de progressão nas

3-Apesar de reconhecer a sua importância, não tem propostas concretas.

4-Este assunto é ignorado.

5-Refere-se a necessidade de adequar o quadro fiscal à capitalização das empresas, mas de forma genérica, assim como se faz uma referência à Instituição Financeira de Desenvolvimento.

6-Faz-se referência a programas de apoio à internacionalização das empresas e chega-se a apontar o objetivo de promover as exportações para que estas atinjam 50% do PIB, mas sem especificar medidas.

7-Esta é uma das áreas em que o PE dá mais ênfase, na secção IV, e do apoio à Economia Digital, embora seja necessário melhor especificar os programas.

## PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA

Resumo: "Tendo em conta o elevado endividamento nacional (famílias, empresas e Estado), o esforço de investimento depende criticamente da capacidade de aumento da poupança das famílias e do Estado e de atração de IDE, sobretudo em setores de elevado valor acrescentado e de criação de empregos com elevadas qualificações." (p.31) "A evolução para produtos e serviços de maior valor acrescentado só é possível pela maior incorporação de conhecimento através de inovação radical." (p. 35).

Respostas aos quesitos:

1-Reconhece a necessidade de criação de clusters de base tecnológica, mas não define medidas de apoio a nível de desenvolvimento da tecnologia e design.

2-Refere necessidade de dinamizar as atuais unidades de interface universidade-empresa, através de contratos-programa sobretudo para doutoramentos, das ligações dos politécnicos e empresas no interior e concentrar o Portugal-2020 em projetos que incluam uma elevada componente de inovação radical.

3-Apesar de reconhecer a importância, faltam propostas concretas.

4-Reconhece a importância do IDE e a necessidade de privilegiar nos contratos individuais de atração de investimento estrangeiro, empresas de base tecnológica, da área dos produtos transacionáveis, com uma componente exportadora relevante.

5-Não faz propostas específicas.

6-Apesar de reconhecer a importância, carece de propostas concretas.

7-Apenas se faz referência genérica.

## CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL

Resumo: "No âmbito do Estado de direito, pugnamos pelo reforço radical dos direitos de propriedade, pela criação de mecanismos ágeis de justiça e cumprimento de contratos ... No âmbito da carga fiscal e da despesa, asseguraremos uma carga fiscal pensada para o crescimento da economia e uma reforma na fiscalidade dos agentes económicos ... e adaptaremos toda a regulação aos riscos e oportunidades da economia global, num

---

carreiras académicas a contribuição efetiva dos investigadores para os resultados da inovação empresarial, através de experiências de cooperação com as empresas ou criação de startups". (p. 32).

intenso programa de desburocratização. E no âmbito do funcionamento dos mercados, removeremos as barreiras à entrada das atividades económicas e asseguraremos uma regulação independente e atuante.” (p. 15).

Respostas aos quesitos:

1-As principais propostas referem-se à redução da carga fiscal, ao reforço dos direitos de propriedade, modernização da regulação e desburocratização. Não tem propostas sobre clusters e centros tecnológicos.

2-Refere a necessidade de intensificar a investigação em benefício das empresas.

3-Propõe uma “revolução” na formação profissional, orientando a formação para as necessidades de concorrer na economia global, criar a via digital, privilegiar os centros de formação em parceria com o setor privado, melhorar os centros de formação do IEFP e criar o cheque-formação.

4-Não tem medidas específicas para além do investimento no tema dos mares.

5-Apenas no quadro de incentivos fiscais.

6-Várias medidas como transformar a Instituição Financeira para o Desenvolvimento em banco de apoio às exportações, reestruturar a AICEP e reforçar os seguros de crédito. (p. 122-23).

7-Acento na via digital, mas carece de maior especificação.

## **BLOCO DE ESQUERDA**

Resumo: O PE expressa uma menorização ou mesmo oposição à economia de mercado, propondo a nacionalização de setores estratégicos da economia e forte expansão do setor público, impor leques salariais ou aumentar a tributação das grandes empresas, pelo que não existem medidas específicas para apoio e desenvolvimento da atividade empresarial.

## **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**

Resumo: Opondo-se à economia de mercado, e em especial às grandes empresas, apenas tem medidas de apoio às PMEs. Propõe a nacionalização das empresas privadas em setores estratégicos e está contra o IDE por reduzir a soberania.

## **PAN**

Resumo: Tem uma postura contrária à economia de mercado.

## **ALIANÇA**

Resumo: “Um Estado comprometido com o crescimento económico, transparente e

exemplarmente eficiente que crie condições favoráveis às Empresas eliminando os constrangimentos de natureza administrativa que constituem a maior força de bloqueio da iniciativa privada.” (p. 25)

1-7-“Promover a dinamização do tecido empresarial sobretudo nas indústrias de bens transacionáveis, com intensidade tecnológica, através de uma forte ligação entre as PME e os centros de investigação e universidades, concorrendo massivamente aos Fundos e Instrumentos Financeiros da União Europeia (política interna), que historicamente são pouco aproveitados pela nossa Economia.”(p.25)

#### INICIATIVA LIBERAL

Resumo: “Aumentar a competitividade atraindo capital e libertando os contribuintes dos prejuízos das empresas públicas ineficientes”, privatizando-as. Acabar com o benefício fiscal ao endividamento.